SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL

Relatório de Gestão e Contas - 2018

março/2019

NIPC: 501 157 506

Sempre ao seu lado.

R. da Misericórdia, n.º6 | 3660-474 São Pedro do Sul | Tel.: 232 720 460 | geral@mspsul.com.pt
www.mspsul.com.pt | https://www.facebook.com/misericordia.santoantonio

Relatório de Gestão e Contas

2018

O ano de 2018 continua a confirmar a trajetória de qualidade do trabalho da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS), pelo que nos orgulhamos de ser uma instituição de referência na região; uma instituição inclusiva; uma instituição moderna que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade, não só pelos serviços prestados como pelo conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais, bem como pela dedicação contínua do nosso corpo de colaboradores.

Os investimentos que realizamos nos últimos cinco anos ascendem largamente os dois milhões de euros, na sua maioria alavancados em receitas próprias e donativos de mecenas, dado que a falta de medidas públicas na gestão dos fundos comunitários para o setor social tem levado a parcos apoios nacionais/comunitários. Investimentos que se traduzem atualmente em depreciações avultadas (na ordem dos 290 mil euros), mais 7% que em 2017, as quais associadas ao acréscimo contínuo do custo com pessoal e à não verificação de alienação de património neste último ano levam ao registo de um resultado líquido negativo de cerca de 135 mil euros.

Tomando como nota os indicadores acima, o tempo não é de acomodação mas sim de exigência acrescida, de rigor crescente, transparência e busca permanente de eficiência nos meios. Só assim poderemos dar continuidade a projetos estruturantes, sejam eles a remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes a remodelação da creche ou a requalificação do edifício do antigo hospital, mantendo a qualidade e níveis de serviço nas respostas atuais.

Continuamos, contudo, a afirmar que, não obstante as vicissitudes com que nos deparamos, temos consciência plena de que a situação geral das instituições que, como nós, desenvolvem um papel social fundamental em substituição do Estado, é desafiante face aos constrangimentos colocados e às exigências acrescidas. Tal implica em nós uma dedicação contínua e muita resiliência.

Assim, o novo ciclo iniciado em janeiro deste ano de 2019, com a alteração dos corpos sociais da MSPS, tem como grande objetivo dar continuidade e aprofundar o caminho que vinha sendo seguido.

Fica aqui uma palavra de agradecimento e reconhecimento aos anteriores elementos dos corpos sociais, pelo trabalho marcante realizado à frente desta Santa Casa nos últimos anos.

José Fernandes, Provedor

Índice

INTRODUÇÃO 6
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO 7
Assembleia Geral 7
Mesa Administrativa 7
Conselho Fiscal 7
Identificação da Entidade 7
POLÍTICA DE QUALIDADE 8
Missão 8
Visão 8
Valores 8
Objetivos estratégicos - período 2018-2020 9
FACTOS RELEVANTES 12
1.º Trimestre 12
2.º Trimestre 12
3.º Trimestre 13
4.º Trimestre 13
SÍNTESE DE INDICADORES 16
1. Evolução do total de despesas 16
2. Evolução do total de proveitos 19
3. Evolução do resultado líquido do exercício 24
4. Grandes Números da Atividade da MSPS 27
5. Proposta de aplicação de resultados 31
NOTA FINAL 32
ANEXOS 34
Anexo 1 – Relatório de Contas 35
Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal 82
Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral 84

Relatório de Gestão e Contas - 2018

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 11 de janeiro de 2019, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 16 de dezembro de 2018, manteve-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2018, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2018 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes aspetos no ano de 2018:

- Cash flow de 161.275,61€;
- Autonomia Financeira de 90,90%;
- Custos com pessoal no montante de 2.080.369,07€;
- Subsídios do ISS - Instituto da Segurança Social, IP no montante de 1.624.975,16€ (inclui 17.723,28€ de compensação salarial do M. Educação no Pré-escolar);
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2018 de -135.417,79€.

Os indicadores de atividade anteriores, apesar de revelarem uma deterioração do RLE, depreende-se que teve impacto negativo a não existência de alienação de património imobiliário como nos anos anteriores e um agravamento dos custos com o pessoal e depreciações. Positivamente, registamos o acréscimo das comparticipações e subsídios/acordos, pelo que registamos uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos e uma autonomia financeira superior a 90%.

Abordamos o relatório de contas de 2018 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano de 2018, bem como dos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelas receitas.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2018:

Assembleia Geral

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vogal – Valentim Francisco Bizarro

Vogal – José Manuel Martins Santos

Mesa Administrativa

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – Carlos Daniel da Silva Simões

Tesoureiro – António Henrique Pinho Correia Almeida

Secretário – António Santos Pais

Vogal – José Almeida Viana

Vogal – Agostinho Almeida Bizarro

Vogal – António Fernandes Almeida Pinto

Conselho Fiscal

Presidente – Esmeraldo Mendes Leitão

Vogal – Eduardo Rodrigues Silva

Vogal – Paulo Manuel Pinheiro Chaves

Corpos Gerentes em mandato para o quadriênio 2015-2018, eleitos em Assembleia Geral realizada em 28 de dezembro de 2014.

Foi realizada Assembleia Geral Eleitoral em 16 de dezembro de 2018, tendo os novos corpos sociais tomado posse a 11 de janeiro de 2019, para o quadriénio 2019/22.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º6 em São Pedro do Sul.

POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas;
- Satisfação dos utentes;
- Envolvimento dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição;
- Cumprimento dos requisitos legais e melhoria contínua da Instituição.

Objetivos estratégicos - período 2018-2020

No plano estratégico aprovado para o triênio 2018-2020 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, o movimento defensor dos direitos e deveres dos cidadãos, em situação de vulnerabilidade social. Igualmente incontornável é, prosseguindo a sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e, estudar e ponderar eventuais novas áreas de intervenção, atendendo a novas necessidades e serviços que eventualmente se possam implementar no edifício do antigo hospital.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, bem como encetar um processo de consulta, estudo de mercado, para se definir a/as prioridades e, consequentemente, estruturar o respetivo projeto de arquitetura para a intervenção no edifício do antigo hospital.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição, é também preocupação, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos;
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços;
- Rever a capacidade da ERPI – Lar de Idosos e Lar de Grandes Dependentes.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação;
- Estabelecer acordo para CD – Centro de Dia e rever acordo SAD.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade;
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Estruturar e divulgar política de mecenato e patrocínios.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos;
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congéneres.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ;
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia está assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio "ciclo da vida" é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, consequentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação mais alargada.

FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Num espírito de cooperação interinstitucional e partilha de recursos, estabelecemos protocolo com a ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões, no qual disponibilizamos para utilização da ASSOL a sala de Snoezelen e esta entidade promove para os nossos utentes sessões de yoga do riso e oficinas de dança.
- Consolidação do funcionamento do SAD – Serviço de Apoio Domiciliário em horário alargado até às 20h00.
- Promovemos a 09 de fevereiro o desfile de carnaval infantil, tendo-se associado a MUT e o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul à iniciativa.
- Decorreu a XV edição da Feira do Livro (05 a 07 de março), sempre com o objetivo da promoção da cultura e de hábitos de leitura desde a infância.
- Atendendo ao Regulamento Europeu RGPD e à legislação em vigor/deliberações da CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados, implementamos uma política de Proteção de Dados Pessoais.

2.º Trimestre

- Conclusão dos arranjos exteriores da ERPI e parque de estacionamento, devolvendo todo o exterior a uma utilização plena da comunidade que servimos.
- Apresentação de candidatura ao Centro 2020 (Portugal 2020), concurso CENTRO-42-2018-07 "Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos sociais", para a "Remodelação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes". Candidatura que ainda se encontra em análise.
- Procedeu-se aos arranjos exteriores e alcatroamento da via de acesso à cozinha e armazém do edifício do jardim.
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da Bela Vista, em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento.
- Foi celebrado um protocolo comercial com a Paginadoze – Soluções Informáticas, Lda, prevendo descontos comerciais para os colaboradores e irmãos da MSPS na aquisição de portáteis, smartphones, outro hardware e consumíveis, bem como serviços de assistência técnica.

- Foi inaugurada a ERPI "Casa da Quinta", após profundas obras de remodelação que contaram com o apoio do Fundo Rainha D. Leonor, com a presença do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, reconhecendo-se o trabalho desta instituição em prol da comunidade.

3.º Trimestre

- Após aprovação da candidatura ao PROCOOP realizada em 2017, foi assinada a revisão do acordo de cooperação da Creche, tendo-se alargado em 15 o número de crianças abrangidos em acordo de cooperação com o ISS, IP.
- Foi celebrado um protocolo comercial com a Estação de Serviço S. Pedro, Lda, prevendo descontos comerciais para os colaboradores e irmãos da MSPS em serviços de lavagem e limpeza auto; oficina; mecânica; e gás Repsol.
- Foi apresentada candidatura ao PROCOOP para a revisão de acordo de cooperação do Pré-escolar, CATL e SAD, bem como para o estabelecimento de novo acordo de cooperação para o Centro de Dia.
- Conclusão das alterações organizacionais com vista a recuperação do equilíbrio financeiro no Pré-escolar, tendo-se reduzido o funcionamento a uma turma por ano escolar.
- Procedeu-se à requalificação de instalações sanitárias e sala de atividades do Pré-escolar, bem como à instalação de sistema de compensação da Hotte na cozinha do jardim.
- Foi realizado simulacro de incêndio no âmbito das MAP – Medidas de Autoproteção, no edifício da área de infância.

4.º Trimestre

- Foi celebrado um protocolo comercial com a OMSB – Óptica Médica Santa Bárbara, Lda, prevendo descontos comerciais para os colaboradores e irmãos da MSPS na aquisição de lentes oculares, lentes de contacto, armações e outros produtos óticos.
- Demos início ao protocolo estabelecido com a Associação Zero Desperdício e LIDL (Loja de São Pedro do Sul) no sentido de aproveitamento de excedentes.
- Foi assinada com o ISS, IP, adenda ao acordo de cooperação de Creche para complemento de comparticipação financeira pela prática de horário de funcionamento alargado.
- Foi realizado simulacro de incêndio no âmbito das MAP – Medidas de Autoproteção, no edifício do Centro de Dia – Casa das Amoreiras.
- Foi realizado plano de negócio (estudo económico) para a instalação de hotel geriátrico nas antigas instalações do hospital.

- Foi realizada a 16 de dezembro a Assembleia Geral eleitoral, com o objetivo de eleição dos órgãos sociais para o quadriênio 2019-2022.
- Foi entregue ao Arq.º António Rocha Leite a elaboração do projeto de arquitetura para a recuperação do edifício do antigo hospital, para a instalação de Hotel Geriátrico.
- Foi instalada uma tela de sombreamento/cobertura no acesso ao edifício do jardim, na zona do CATL, facilitando as entradas e saídas das crianças no autocarro durante o inverno.

Conjugando estes factos relevantes com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento	•Foi elaborado o projeto de arquitetura para a remodelação/beneficiação da ERPI - Lar de Grandes Dependentes, faltando, em termos de licenciamento, os projetos de especialidade. •Dada transição do ano de 2017, foi entregue a elaboração do projeto de arquitetura e assunção, para o efeito, das novas valências a implementar no edifício do antigo hospital, das quais se destaca o Hotel Geriátrico (base de ERPI). •Procedeu-se, no edifício da área de infância, à remodelação das instalações sanitárias do Pré-escolar. •Procedeu-se a obras de remodelação de um apartamento detido no edifício da Bela Vista em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento.

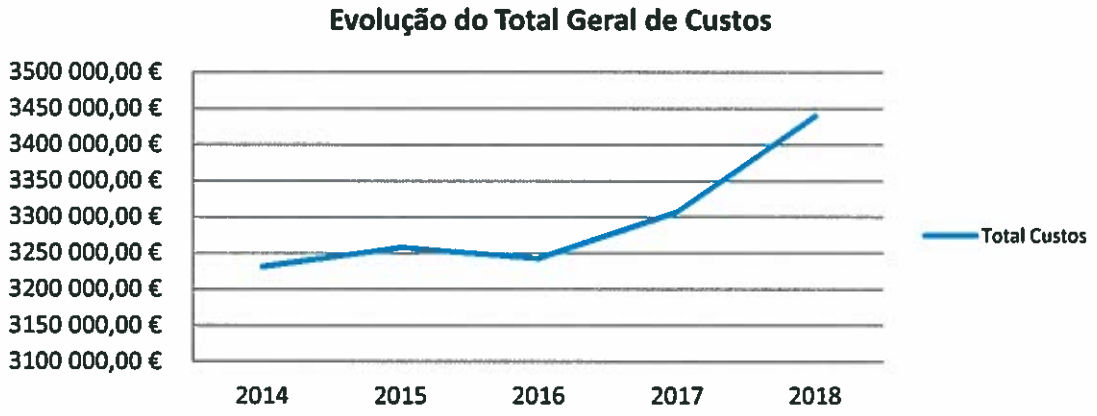
No sector patrimonial, em termos de desinvestimento	•Sem alienações incorridas no ano.
Em termos de ações de natureza estratégica	•Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS. •Foi solicitada a revisão da capacidade da ERPI - Casa da Quinta, no sentido de permitir que 5 dos quartos individuais pudessem ser utilizados enquanto quarto de casal, contudo o parecer foi negativo dado que com a cama de casal não ficaraiam salvaguardadas as condições de acessibilidade. •A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado no ano num volume de 1.783 horas de formação. •Foi apresentada candidatura ao PROCOOP para a revisão do acordo de cooperação do SAD. •A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de despesas

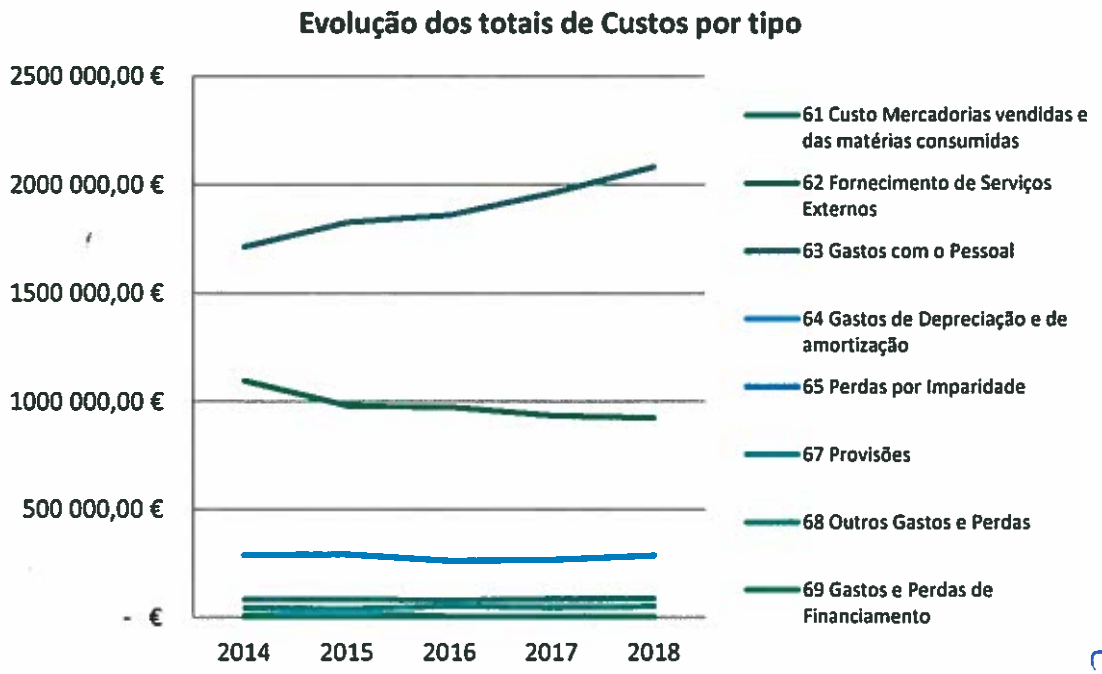
O volume de despesas correntes foi em 2018 de 3,44 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,99% face ao ano anterior.

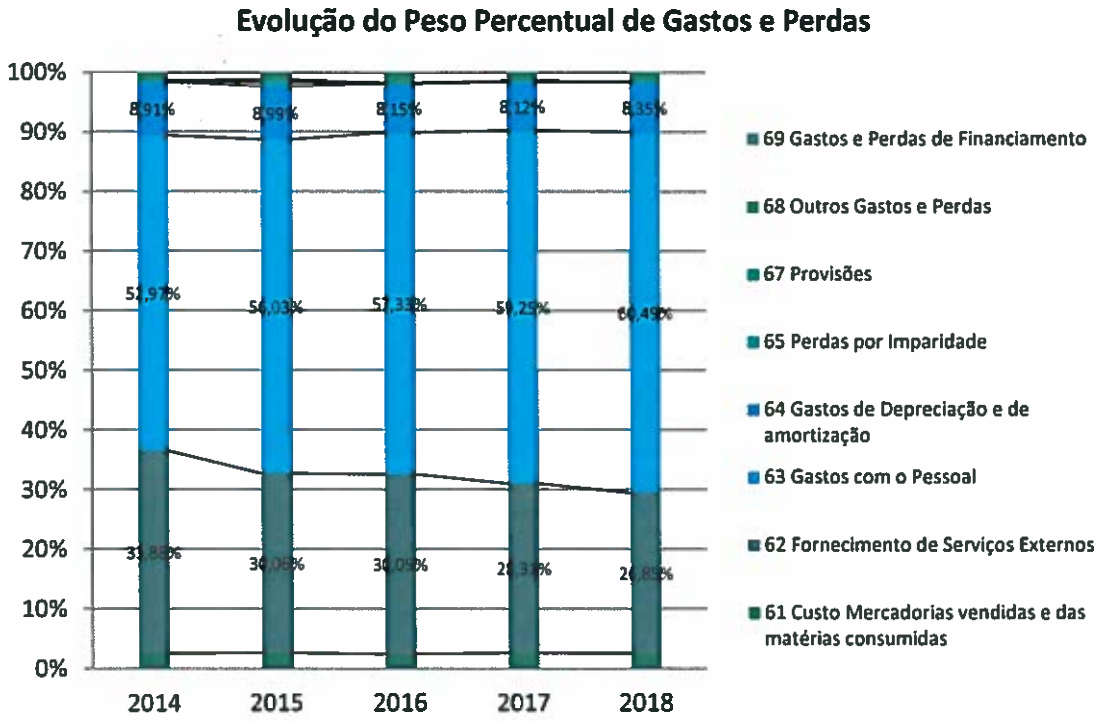


Destacamos, ainda e devido ao seu impacto contabilístico, os seguintes indicadores: agravamento (já esperado no orçamento) dos custos com o pessoal, motivado pela atualização da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; a redução dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos; e a manutenção de investimentos na melhoria qualitativa dos vários serviços, seja por via de obras ou aquisição de equipamento, o que representa um agravamento dos encargos com depreciações e amortizações em 6,91% face ao ano anterior.

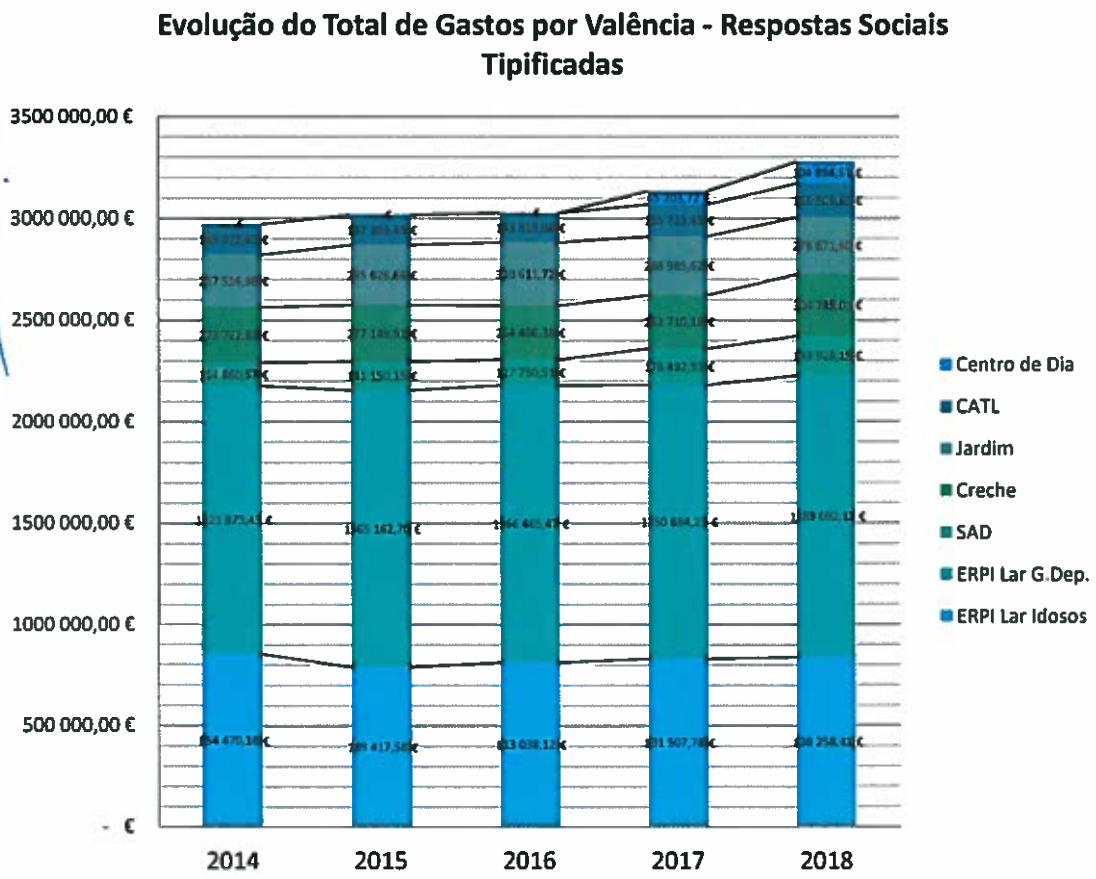
Reforce-se que de forma geral a estrutura de despesa está estável ou em decréscimo, sendo que o agravamento geral de custos se prende essencialmente com a evolução dos encargos com pessoal. De facto, neste período de 2014 a 2018, a RMMG passou de 485€ em 2014 para 580€ em 2018, com progressão mais acentuada de 2016 para 2017 e sucessivamente. Esta progressão representa uma subida de 19,6% cujo impacto não se tem conseguido equilibrar na integra pela redução de outras despesas ou acréscimo de proveitos.

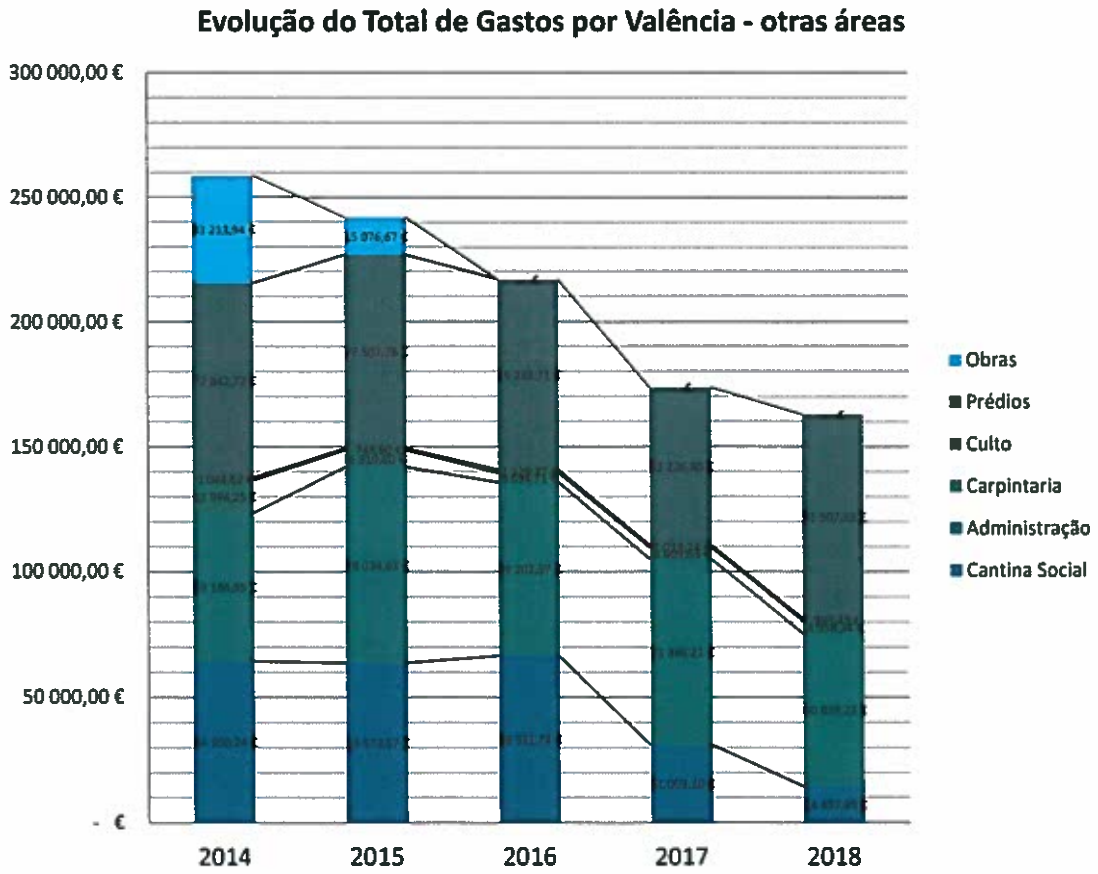
Da totalidade dos custos e em linha com o reforço do quadro de pessoal, os custos com pessoal sobem em 2018 para 60,49% do total de custos. Destaca-se, ainda como grande rúbrica de despesa, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual se reduz para 26,85% no mesmo ano.

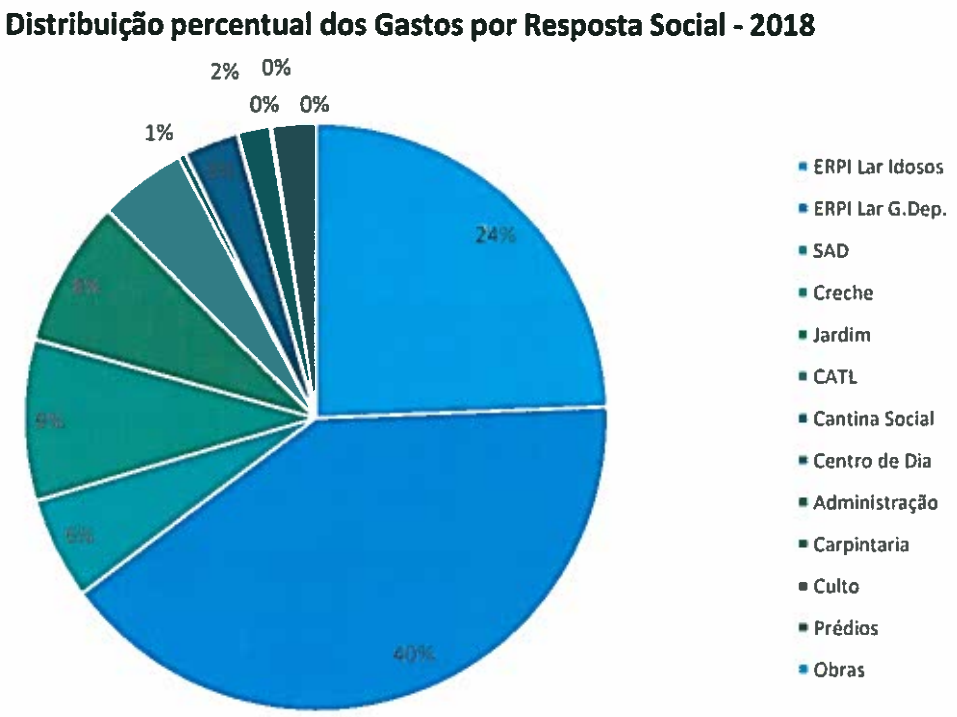




A distribuição da despesa por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 73% dos gastos e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 40% do total.

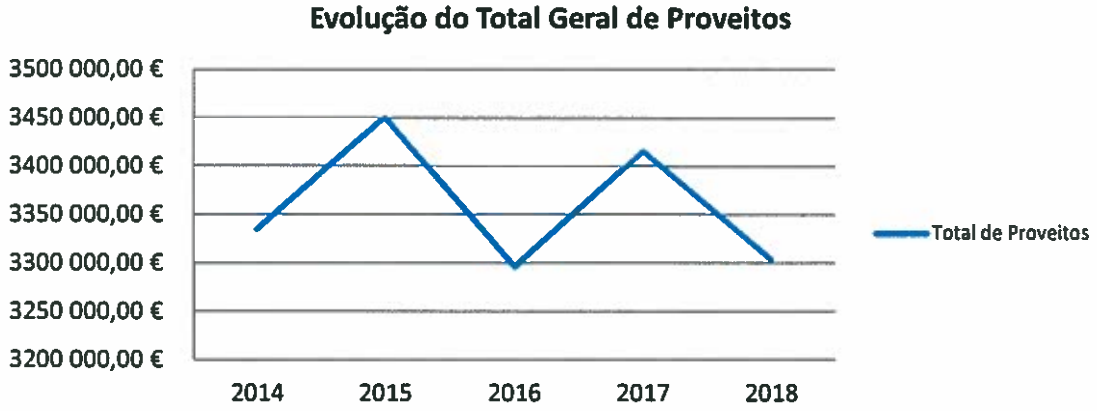

Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas
3500 000,00 €
3000 000,00 €
2500 000,00 €
2000 000,00 €
1500 000,00 €
1000 000,00 €
500 000,00 €
- €
2014
2015
2016
2017
2018
Centro de Dia
CATL
Jardim
Creche
SAD
ERPI Lar G.Dep.
ERPI Lar Idosos


Evolução do Total de Gastos por Valência - otras áreas
300 000,00 €
250 000,00 €
200 000,00 €
150 000,00 €
100 000,00 €
50 000,00 €
- €
2014
2015
2016
2017
2018
Obras
Prédios
Culto
Carpintaria
Administração
Cantina Social



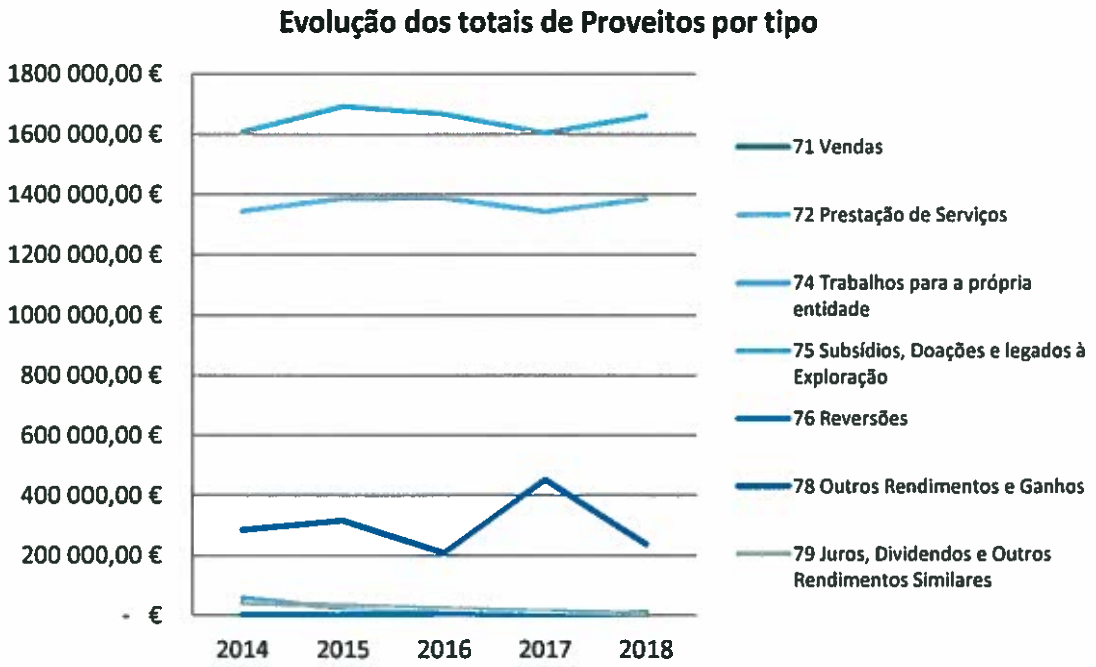
2. Evolução do total de proveitos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os proveitos, registamos um volume de receitas correntes de 3,30 milhões de euros em 2018, o que representa um decréscimo de 3,28% face ao ano anterior.

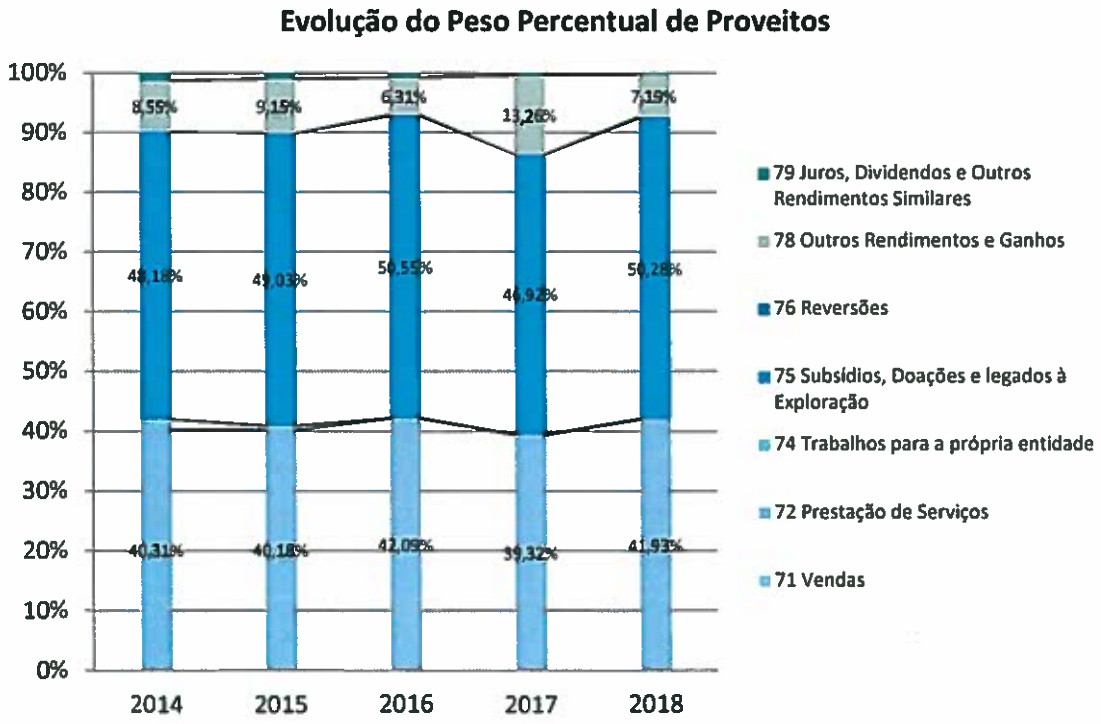


Discriminando a estrutura dos proveitos, verificamos uma preponderância dos subsídios, doações e legados à exploração, em processo de recuperação no ano de 2018, com uma quota de 50,28% do total de proveitos no ano, o que representa um crescimento de 3,65% face ao ano anterior.

Segue-se a prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares), com 41,93% em 2018 traduzindo uma subida de 3,14% face ao ano anterior, em linha com as revisões contratuais.



Pela negativa, destaca-se a redução de 47,58% nos "Outros rendimentos e ganhos", em virtude de não se ter verificado alienação de património no ano de 2018 (prédios rústicos ou urbanos), o que, por comparação a 2017, faz toda a diferença em termos de resultado líquido, já que em termos absolutos significa praticamente menos 245 mil euros face a esse mesmo ano.

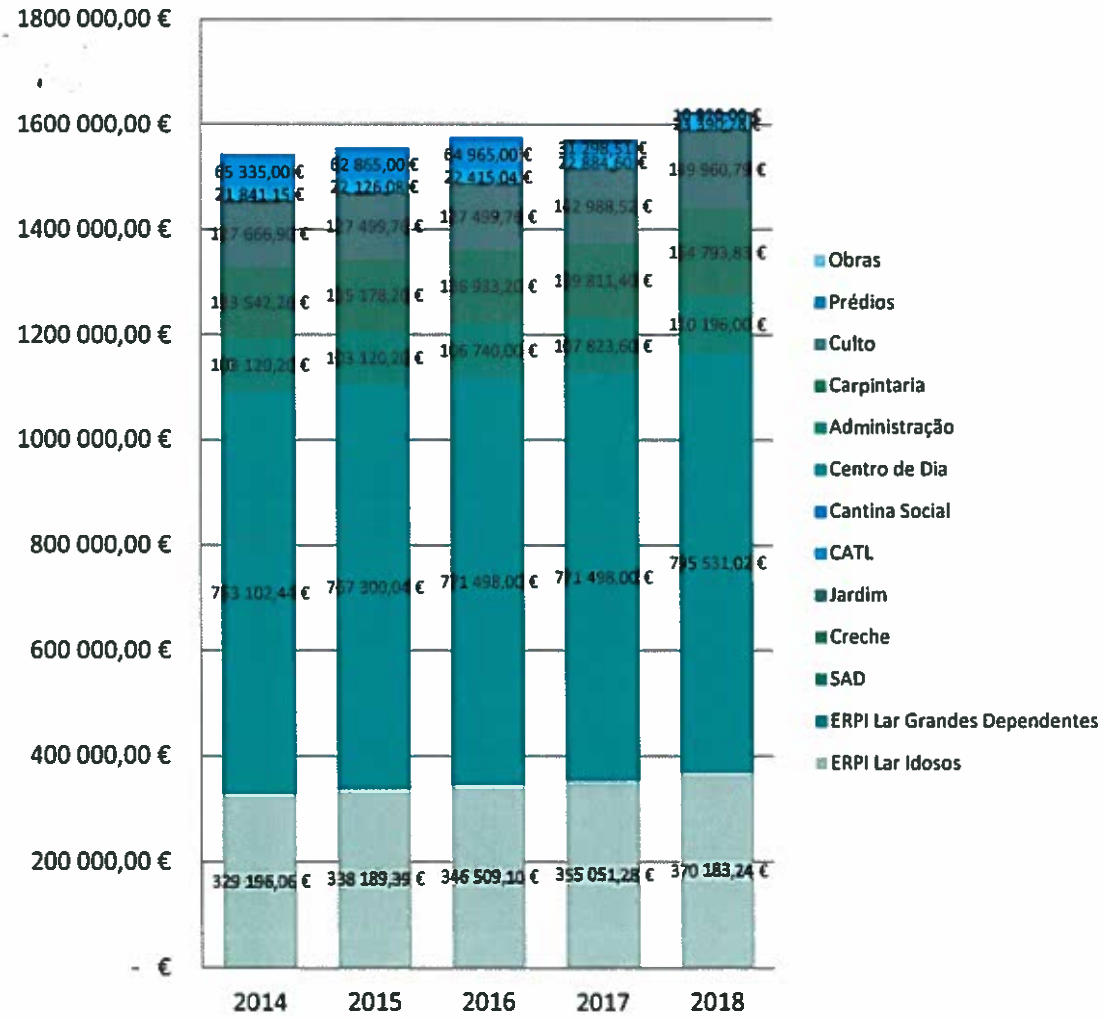


Nota genérica, ainda, para a evolução, dentro da rúbrica de "Subsídios, doações e legados à exploração", à componente exclusiva dos subsídios do ISS (comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação – entidade de tutela), as quais se têm mantido em valores muito próximos no período de 2014 a 2017, apesar do decréscimo verificado de 2016 para 2017, diretamente relacionado com a redução da abrangência da Cantina Social.

Por seu lado, de 2017 para 2018 registamos já uma recuperação e subida destes proveitos, em virtude já do reflexo parcial do impacto da revisão do acordo de cooperação da creche (como referido anteriormente, a inclusão de mais 15 crianças em acordo de cooperação), bem como a atribuição do complemento por funcionamento em horário alargado e a atualização anual dos acordos.

Os proveitos destas comparticipações, em 2018, representam já 49,19% por relação ao total de proveitos e um montante de 1.624.975,16€ (1.607.251,88€ não se considerando a componente de compensação salarial do Ministério da Educação no Pré-escolar).

Evolução dos Subsídios do ISS (Comparticipações)

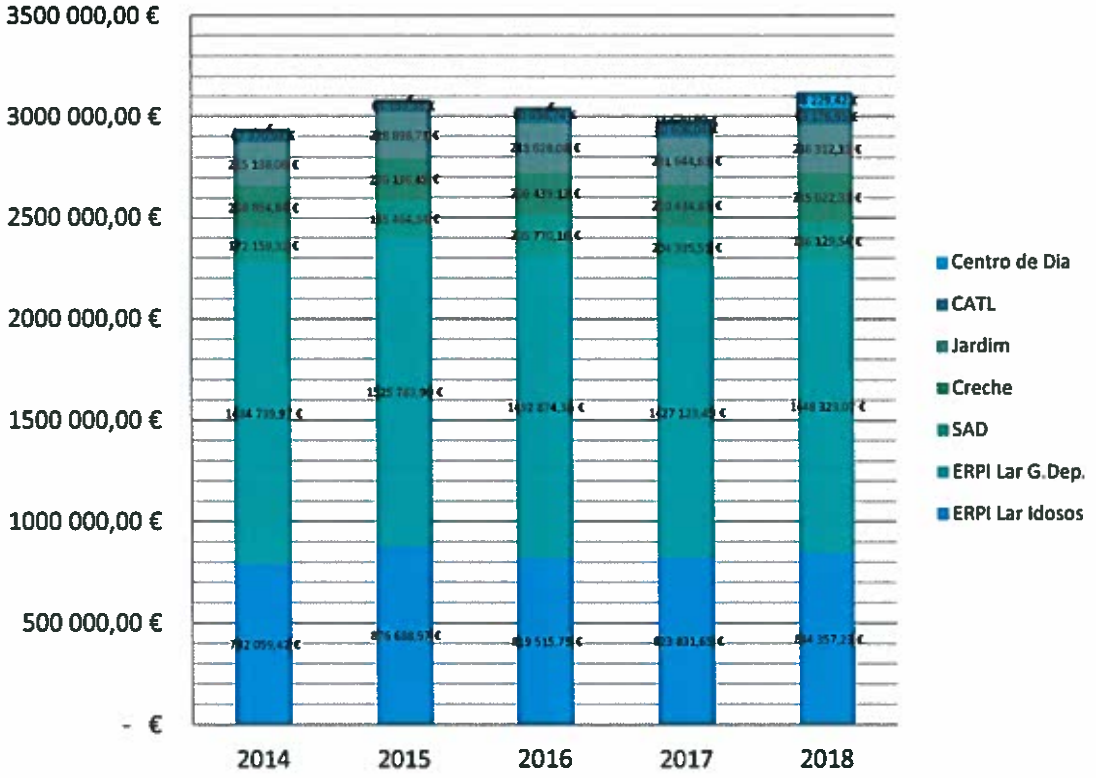


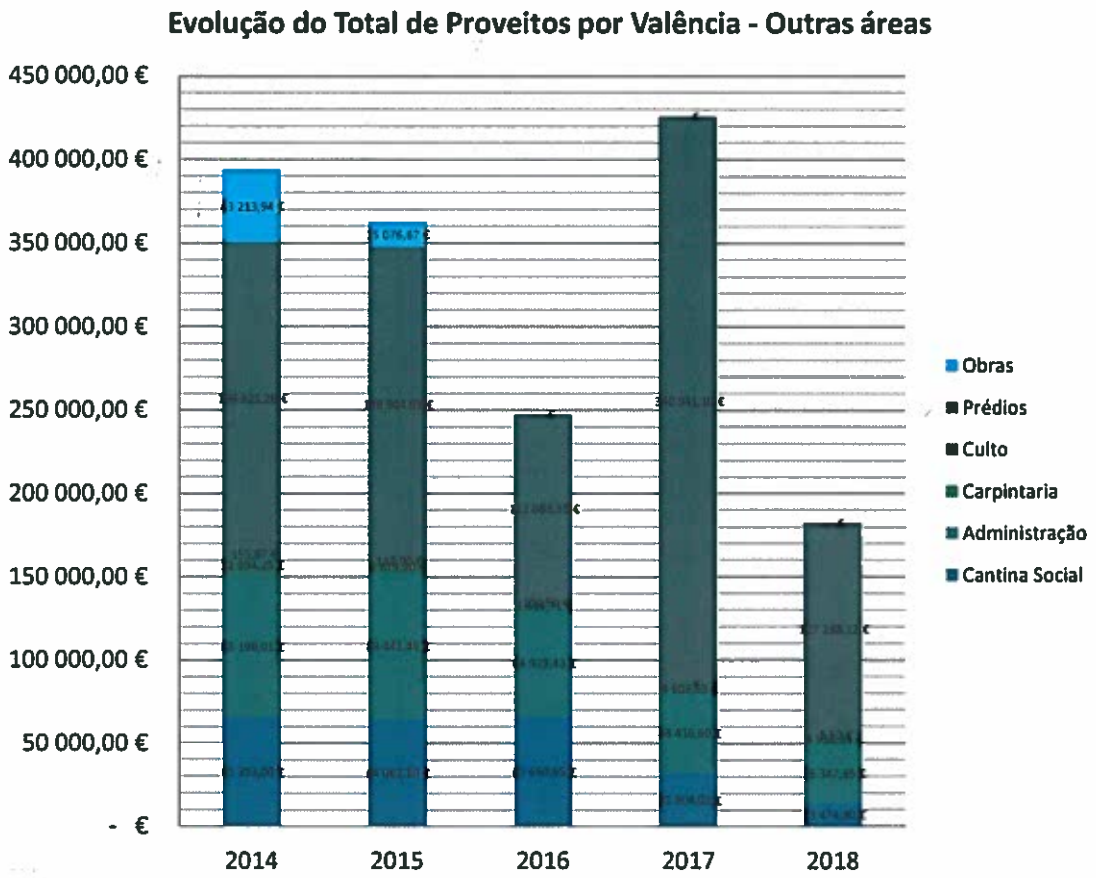
A distribuição dos proveitos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 78% dos proveitos e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 44% do total.

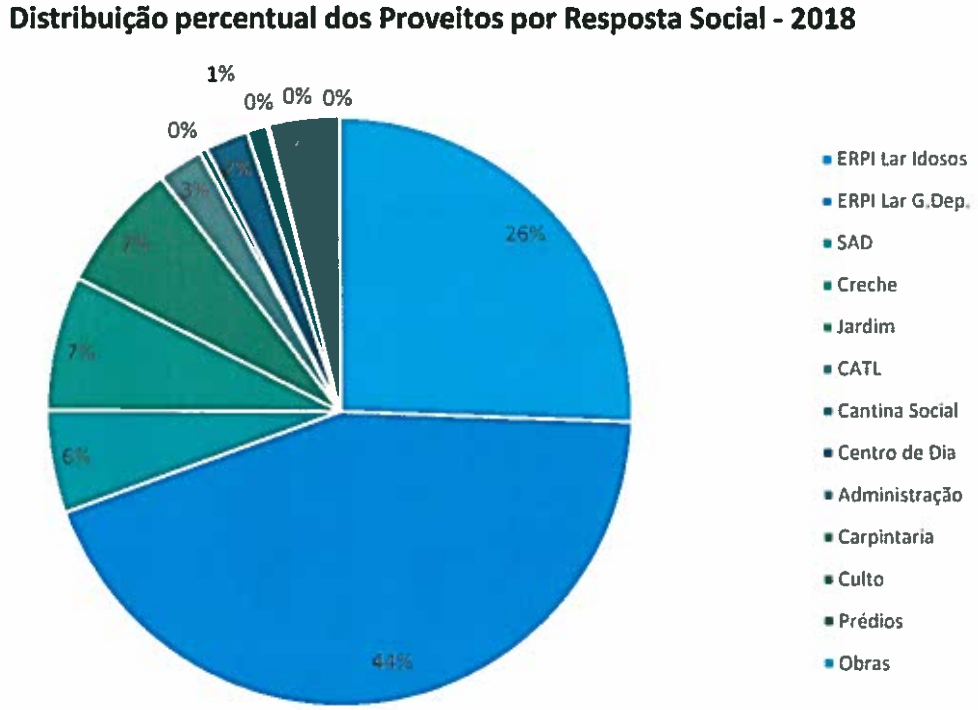
Pela positiva, destaca-se um crescimento generalizado dos proveitos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se o crescimento de 16,44% dos proveitos da Creche, na área de infância, face ao descrito já anteriormente; e, na área sénior, refira-se o crescimento de 570% dos proveitos no Centro de Dia. Resposta social com um ano de funcionamento e que, face ao estudo económico inicial, está a consolidar-se mais cedo do que o esperado.

Pela negativa, também de acordo com o já descrito, temos uma redução de 62,67% dos proveitos de prédios.

Evolução do Total de Proveitos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas




Evolução do Total de Proveitos por Valência - Outras áreas
450 000,00 €
400 000,00 €
350 000,00 €
300 000,00 €
250 000,00 €
200 000,00 €
150 000,00 €
100 000,00 €
50 000,00 €
- €
2014
2015
2016
2017
2018
Obras
Prédios
Culto
Carpintaria
Administração
Cantina Social

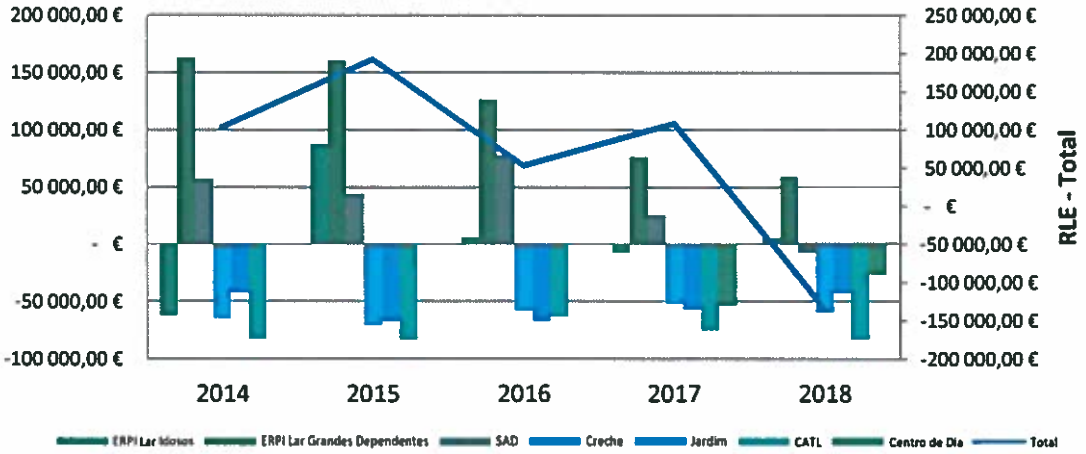

Distribuição percentual dos Proveitos por Resposta Social - 2018
26%
44%
6%
7%
7%
0%
1%
0%
0%
0%
ERPI Lar Idosos
ERPI Lar G.Dep.
SAD
Creche
Jardim
CATL
Cantina Social
Centro de Dia
Administração
Carpintaria
Culto
Prédios
Obras

3. Evolução do resultado líquido do exercício

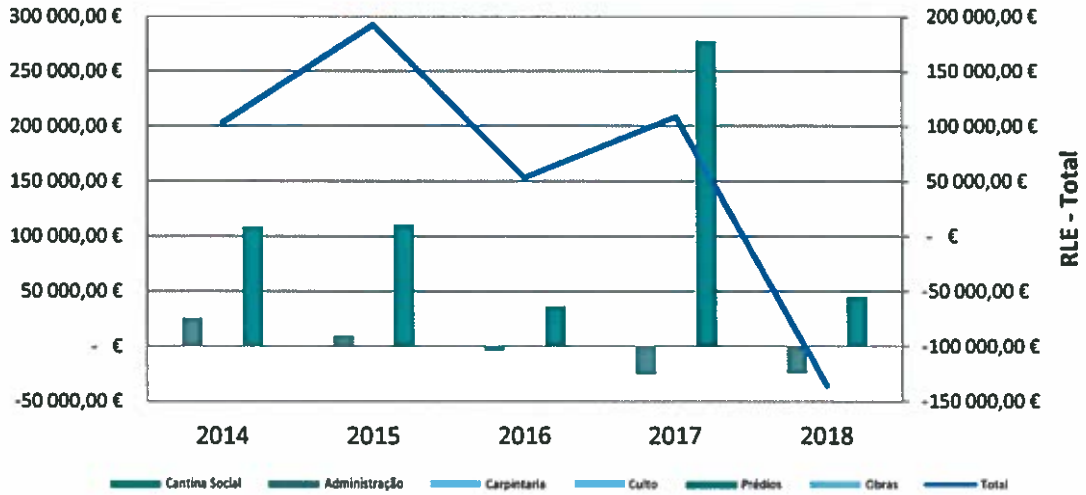
Ponderando a evolução global dos custos e proveitos, registamos uma base histórica no período 2014-2017 de proveitos superiores aos custos, refletindo resultados globais líquidos de exercício positivos. Contudo, no último ano, com a redução sustentada das alienações (RL dos prédios caiu 82,52%) e acréscimo de custos com recursos humanos (subiram 6,16%), o resultado líquido do exercício de 2018 apresenta-se com o valor negativo de cerca de 135 mil euros.

Destacamos, ainda, que para este resultado contribui o resultado negativo nas valências da área de infância, as quais, em virtude das iniciativas de gestão adotadas, começaram a refletir o impacto nos anos de 2017 e 2018, pelo que se pretende uma estabilização económica destas respostas sociais. De facto, no cômputo geral, o ano de 2018 estabilizou o resultado conseguido em 2017 (diferença de 0,47%), com um prejuízo de 185 mil euros.

Evolução do Resultado Liquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas



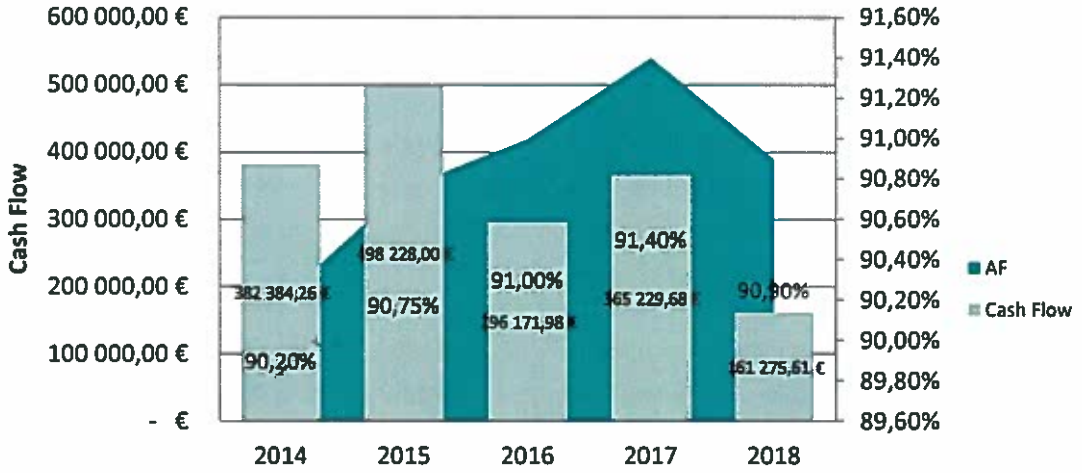
Evolução do Resultado Liquido do Exercício - Outras áreas



Por curiosidade, anulando-se o efeito das depreciações e amortizações, que subiram 6,91% em 2018, o resultado liquido passaria para valores positivos na ordem dos 151 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 8,35%, no total de gastos e, consequentemente o seu contributo para o resultado liquido anual.

Por esta ordem de razão, mesmo com o agravamento dos gastos sem a compensação plena dos proveitos, registamos um excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow)* de 161.275,61€.

Evolução do Cash Flow e Autonomia Financeira



Obs.: A partir de 2018 passou também a considerar-se as variações de provisões/imparidades no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões/imparidades).

Situação análoga à autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio) que se mantem em valores superiores a 90%.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação do mesmo, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais que integram esta área, não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da creche e pré-escolar a funcionar em horário alargado. Por sua vez, a nível do CATL, começa a haver já respostas à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, o que poderá significar uma preocupação adicional de sustentabilidade desta resposta.

De facto, incrementando-se a componente de apoio à família, de forma alargada, no polo escolar de São Pedro do Sul, por parte do Município, significando tal um eventual decréscimo de utilizadores do CATL, poderá ter que se ponderar o seu encerramento.

Ainda na área de infância, é importante recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, consequentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das comparticipações familiares, a comparticipações baixas. Esta realidade conjugada com o peso da estrutura de custos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche mas ainda patente no pré-escolar e CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição.

Esta premissa obriga-nos a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados nesta área (como referido estáveis por comparação ao ano anterior e dos melhores nos últimos quatro anos); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

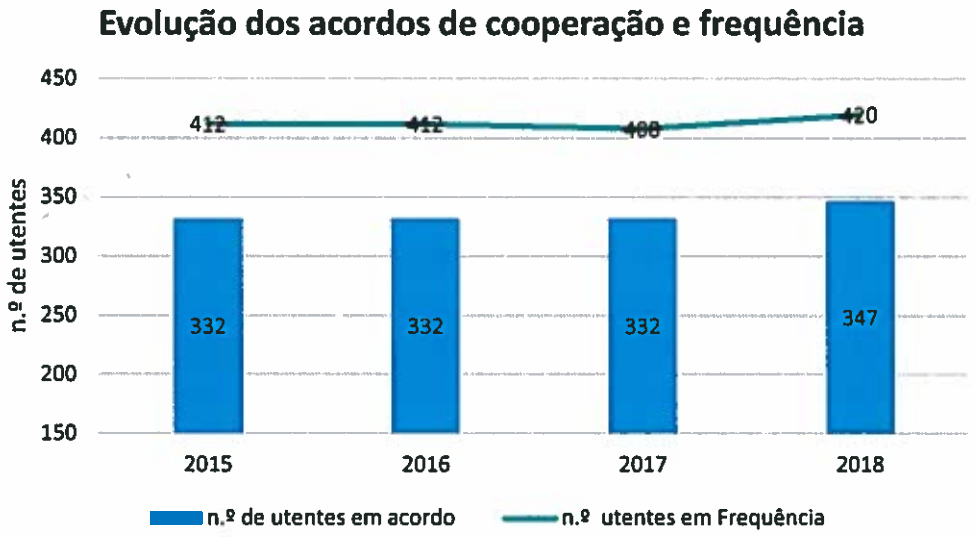
Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, manter medidas de controlo/redução dos custos em vigor e reforçar as medidas de obtenção de proveitos, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários. Desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos) tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe o seu estatuto o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Numa relação direta com o total de utentes, verificamos uma manutenção do número de utentes em acordo de cooperação, apenas acrescido em 2018, com a revisão do acordo de cooperação da Creche em mais 15 crianças abrangidas.

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2017, compensada em parte com a abertura do Centro de Dia e posterior recuperação em 2018.



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2018, na área sénior:

Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	47	21	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	30	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	17	21	0	0

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	71	68	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	-----
Utentes fora do acordo de cooperação	11	7	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos 420 utentes (221 na área sénior e 199 na área de infância), dos quais 73 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 7 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Nota final também para o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdia Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas, registamos a seguinte informação média em 2018:

Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT
Compromisso	10 refeições diárias	37 beneficiários	-----	-----
Beneficiários	12 agregados familiares (14 pessoas)	38	50	56
Observações	Servidas em média 14 refeições diárias			

À exceção da Cantina Social e do PO APMC, em que há apoio financeiro à execução, se bem que parco e em redução contínua da Cantina Social, por via da mudança de paradigma e transição para o PO APMC, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas tendo sido disponibilizado com suporte financeiro próprio da Instituição.

A nível do BAT, temos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 29 camas articuladas, 16 cadeiras de rodas, 6 andarilhos, 4 cadeiras de banho e 1 par de muletas.

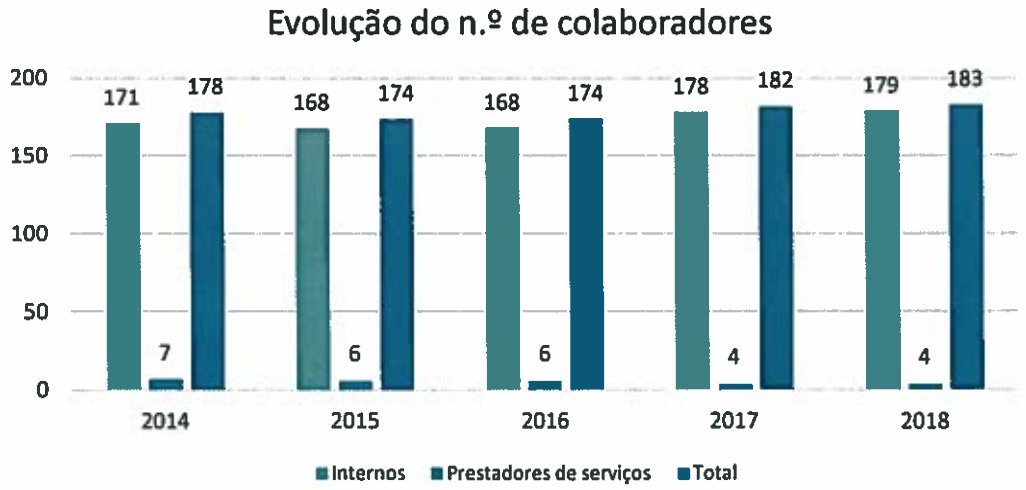
Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma evolução da estrutura ao longo dos últimos 5 anos, com uma subida dos colaboradores internos.

Nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

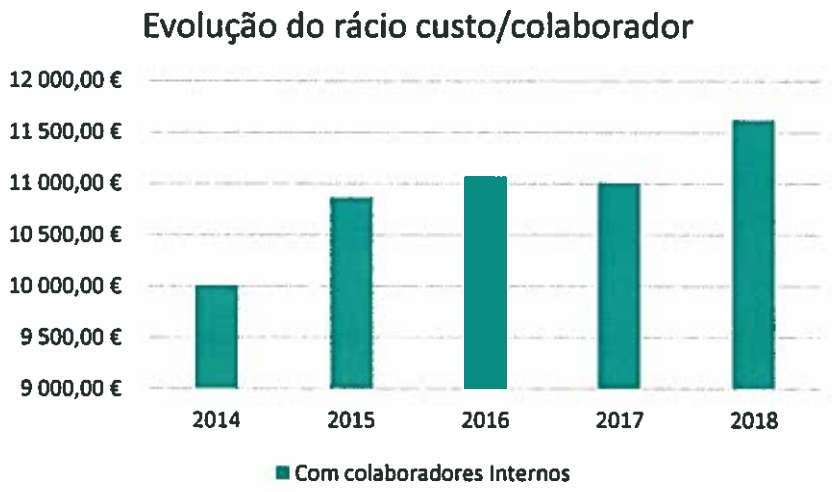
Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (3), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Terminamos 2018 com 183 colaboradores, dos quais 79% (144) têm contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS.

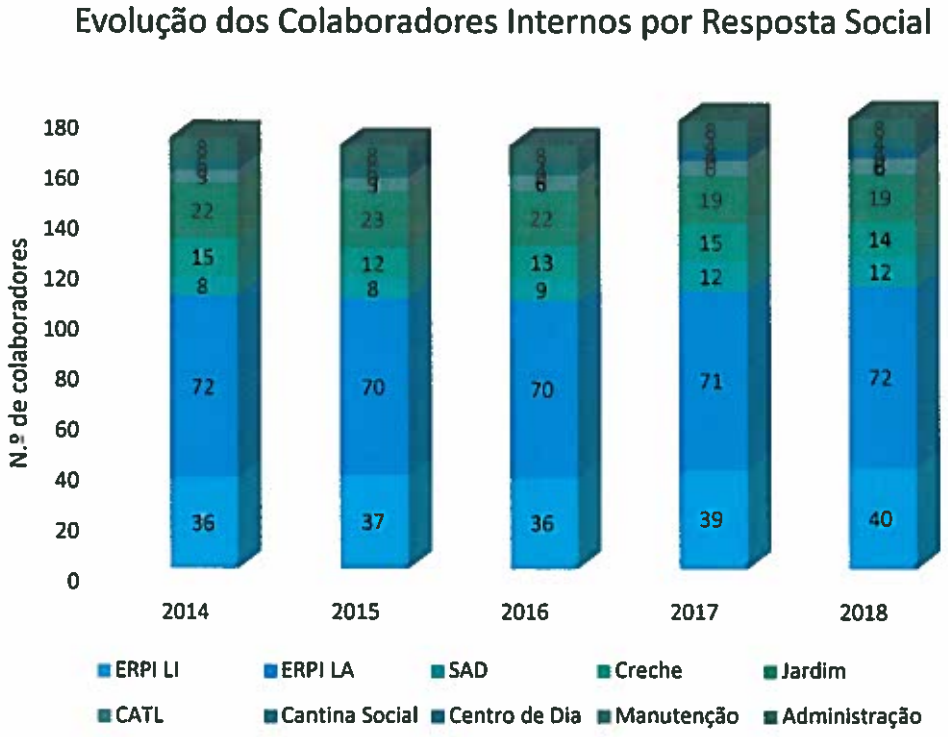
Os restantes, 19% (35) estão com contrato de trabalho a termo, na sua generalidade estão com o primeiro contrato e em substituição de colaboradores que se reformaram. Os restantes 2% (4) correspondem aos prestadores de serviços.



Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio custo de pessoal/colaborador para o montante de 11.622€ por colaborador em 2018, mais 5,57% face ao ano anterior.



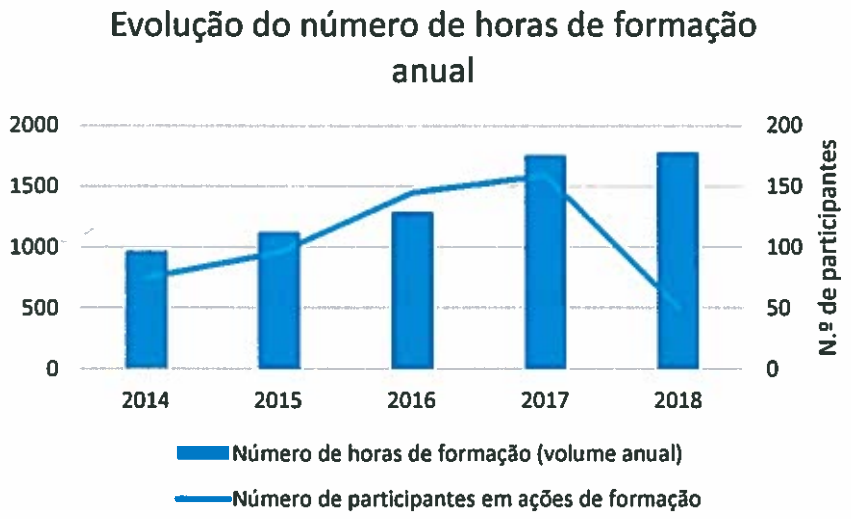
Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado equiparada, prevalecendo o peso das ERPI.



Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, recursos humanos, direção.

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual temos registado uma evolução crescente do volume de formação anual, concluindo-se o ano de 2018 com 1.783 horas de formação e 51 colaboradores envolvidos (média de 35 horas por participante).

Face ao ano anterior, registamos uma subida do número de horas de formação por participante (de 11 para 35 em termos médios) e, consequentemente, uma redução do número de colaboradores participantes em ações de formação



5. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2018 com Resultados Líquidos negativos no montante de 135.417,79€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta "Resultados Transitados".

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós incutir o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 27 de fevereiro de 2019.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 17 de março de 2019.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 3 - Ata da Assembleia Geral

Anexo 1 – Relatório de Contas

Índice Secundário

BALANÇO 39
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA 40
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 41
ANEXO 2018 42
1. Identificação da Entidade 42
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 42
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 42
3.1 Principais políticas contabilísticas. 42
4. Fluxos de Caixa 50
5. Ativos Fixos Tangíveis 50
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural 50
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis 50
5.3 Propriedades de Investimento 53
6. Ativos Intangíveis 53
6.1 Outros Ativos Intangíveis 53
7. Custo de Empréstimos Obtidos 55
8. Inventários 55
9. Rédito 55
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas 56
11. Benefícios dos empregados 56
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 57
13. Outras Informações 58
13.1 Investimentos Financeiros 58
13.2 Créditos a receber 58
13.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros 59
13.4 Outros ativos correntes 59
13.5 Diferimentos 60
13.6 Caixa e Depósitos Bancários 60
13.7 Fundos Patrimoniais 60
13.8 Fornecedores 61
13.9 Estado e Outros Entes Públicos 61

13.10 Outros passivos correntes 62
13.11 Subsídios, doações e legados à exploração 62
13.12 Fornecimentos e serviços externos 62
13.13 Trabalhos para a própria entidade 63
13.14 Outros rendimentos 63
13.15 Outros Gastos 63
13.16 Acontecimentos após data de Balanço 64
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS 65
BALANCETE ANTES DO APURAMENTO DOS RESULTADOS 78
BALANCETE DEPOIS DO APURAMENTO DOS RESULTADOS 80

BALANÇO

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul** **NIF 501157506**

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

BALANÇO (Individual) *UNIDADE MONETÁRIA (1)* *EUR* *Fator:* 1

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
ATIVO		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 598 992,36	4 586 698,71
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294,56	98 294,56
Ativos Intangíveis	3/6	12 908,14	35 322,27
Investimentos Financeiros	3/13.1	7 751,91	5 233,69
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		4 717 946,97	4 725 549,23
Ativo corrente			
Inventários	3/8	50 243,49	46 222,11
Créditos a Receber	3/13.2	33 663,95	38 254,25
Estado e outros entes públicos	3/13.9	445,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	3/13.3	0,00	132,50
Outros ativos correntes	3/13.4	135 877,73	120 431,67
Diferimentos	3/13.5	15 529,00	14 342,96
Caixa e depósitos bancários	3/13.6	1 746 444,77	1 923 728,25
		1 982 203,94	2 143 111,74
Total do ativo		6 700 150,91	6 868 660,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.7	5 537 400,30	5 428 935,06
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10/13.7	685 290,72	739 539,06
Resultado líquido do período		-135 417,79	108 465,24
Total dos fundos patrimoniais		6 087 273,23	6 276 939,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3/13.8	115 970,23	116 221,23
Estado e outros entes públicos	3/13.9	50 958,31	47 764,51
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	3/13.10	438 982,71	407 111,65
Diferimentos	3/13.5	6 966,43	20 624,22
		612 877,68	591 721,61
Total do passivo		612 877,68	591 721,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 700 150,91	6 868 660,97

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração_____ O Contabilista Certificado_____

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Su** **NIF 501157506**

Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) *EUR* Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	2017
Vendas e serviços prestados	3/9	1 385 119,92	1 342 929,71
Subsídios ISS	3/13.11	1 607 251,88	1 571 355,91
Subsídios de Outras Entidades	3/13.11	53 906,13	31 284,11
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	13.13	4 958,34	4 609,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-87 813,10	-87 271,34
Fornecimentos e serviços externos	13.12	-923 249,51	-936 148,83
Gastos com o pessoal	3/11	-2 080 369,07	-1 959 589,03
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/13.2	3 045,03	-6 556,99
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/redução)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	3/9/10/13.14	243 356,41	452 864,22
Outros gastos	13.15	-54 532,44	-46 247,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		151 673,59	365 229,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-287 091,38	-268 519,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-135 417,79	96 709,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	12 467,41
Juros e gastos similares suportados		0,00	-712,10
Resultado antes de impostos		-135 417,79	108 465,24
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-135 417,79	108 465,24

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul NIF 501157506
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) *EUR* Factor: 1

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 378 544,26	1 334 997,71
Pagamentos a fornecedores		-1 057 725,56	-1 101 376,56
Pagamento de Apoios		-18 281,06	-17 648,42
Pagamento a pessoal		-1 394 173,68	-1 331 014,16
Caixa gerada pelas operações		-1 091 636,04	-1 115 041,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 067 666,03	1 103 922,50
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		-23 970,01	-11 118,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Propriedades de investimento		0,00	-400,00
Activos fixos tangíveis		-274 312,59	-954 535,40
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-3 134,02	-2 081,69
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Propriedades de investimento		102 361,95	303 249,57
Activos fixos tangíveis		6 123,25	19 800,00
Investimentos financeiros		474,28	431,80
Outros ativos		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Subsídios de investimento		0,00	157 737,73
Juros e proveitos similares		7 207,81	15 165,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-161 279,32	-460 632,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		8 002,72	4 737,02
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0,00	-384,46
Juros e gastos similares		-36,87	-230,95
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-3 684,28
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		7 965,85	437,33
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		-177 283,48	-471 314,32
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 923 728,25	2 395 042,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/13 6	1 746 444,77	1 923 728,25

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração O Contabilista Certificado

ANEXO 2018

1. Identificação da Entidade

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501.157.506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia nº 6 – São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências diferentes: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI para grandes dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; o SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derrogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas.

3.1.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:
Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:
Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Ativos Fixos Tangíveis
Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias

para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações do risco segurado;
    - Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes</u>
Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

<u>Outros ativos e passivos financeiros</u>
Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito
O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo
O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rúbrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados
Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 13.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2017 e 2018 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37					83.445,37
Bens Móveis	14.849,19					14.849,19
Obras de Arte	7.103,06					7.103,06
Outros	7.746,13					7.746,13
Total	**98.294,56**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**98.294,56**

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por imparidade				
Bens Imóveis				
Bens Móveis				
Obras de Arte				
Outros				
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2017						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Terrenos e recursos naturais	176.379,54	0,00	2.282,42	0,00		174.097,12
Edifícios e outras construções	3.454.641,90	0,00	0,00	0,00		3.454.641,90
Equipamento Básico	1.451.347,28	107.210,77	0,00	0,00		1.558.558,05
Equipamento de transporte	305.844,72	32.563,00	0,00	0,00		338.407,72
Equipamento administrativo	309.758,98	7.306,39	0,00	3.251,21		320.316,58
Outros ativos fixos tangíveis	44.680,44	11.338,49	0,00	0,00		56.018,93
Ativos fixos tangíveis em curso	45.094,88	731.868,29	0,00	-3.251,21		773.711,96
Total	**5.787.747,74**	**890.286,94**	**2.282,42**	**0,00**		**6.675.752,26**

Depreciações 2017						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	1.187.089,44	77.949,42	0,00	0,00		1.265.038,86
Equipamento Básico	1.181.212,86	105.701,35	0,00	0,00		1.286.914,21
Equipamento de transporte	300.428,72	10.848,75	0,00	0,00		311.277,47
Equipamento administrativo	297.637,71	7.388,95	0,00	0,00		305.026,66
Outros ativos fixos tangíveis	44.175,64	2.955,06	0,00	0,00		47.130,70
Total	**3.010.544,37**	**204.843,53**	**0,00**	**0,00**		**3.215.387,90**

Perdas por Imparidade 2017				
Descrição	**Saldo inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Saldo Final**
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento Básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Outros ativos fixos tangíveis				
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ativos Fixos Tangíveis 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	0,00	0,00		174.097,12
Edifícios e outras construções	3.454.641,90	0,00	16.895,45	1.265.046,67		4.702.793,12
Equipamento Básico	1.558.558,05	17.486,37	0,00	82.537,02		1.658.581,44
Equipamento de transporte	338.407,72	0,00	0,00	0,00		338.407,72
Equipamento administrativo	320.316,58	0,00	0,00	0,00		320.316,58
Outros ativos fixos tangíveis	56.018,93	5.733,09	0,00	0,00		61.752,02
Ativos fixos tangíveis em curso	773.711,96	254.930,27	0,00	-1.000.197,34		28.444,89
Total	**6.675.752,26**	**278.149,73**	**16.895,45**	**347.386,35**		**7.284.392,89**

Depreciações 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	1.265.038,86	105.555,40	-7.485,53	75.900,00		1.439.008,73
Equipamento Básico	1.286.914,21	107.726,65	0,00	0,00		1.394.640,86
Equipamento de transporte	311.277,47	10.848,75	0,00	0,00		322.126,22
Equipamento administrativo	305.026,66	6.430,42	0,00	0,00		311.457,08
Outros ativos fixos tangíveis	47.130,70	4.045,86	0,00	0,00		51.176,56
Total	**3.215.387,90**	**234.607,08**	**-7.485,53**	**75.900,00**		**3.518.409,45**

Perdas por Imparidade 2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento Básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Outros ativos fixos tangíveis				
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.3 Propriedades de Investimento

2017						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.834.247,49		14.963,94			1.819.283,55
Propriedades de investimento - depreciações	-664.644,05	-36.385,70	8.080,55			-692.949,20
Total	**1.169.603,44**	**-36.385,70**	**23.044,49**			**1.126.334,35**

2018						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.819.283,55			-339.155,26		1.480.128,29
Propriedades de investimento - depreciações	-692.949,20	-30.070,17		75.900,00		-647.119,37
Total	**1.126.334,35**	**-30.070,17**		**-263.255,26**		**833.008,92**

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2017						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Estudos e projetos	24.021,00					24.021,00
Certificação energética	23.528,17					23.528,17
Programas de computador	60.400,53	3.230,48				63.631,01
Total	**107.949,70**	**3.230,48**				**111.180,18**

Amortizações 2017						
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aquisições/ Dotações**	**Abates e alienações**	**Transferências e outros movimentos**	**Revalorizações**	**Saldo Final**
Estudos e projetos	14.412,60	4.804,20				19.216,80
Certificação energética	14.116,89	4.705,63				18.822,52
Programas de computador	20.037,90	17.780,69				37.818,59
Total	**48.567,39**	**27.290,52**				**75.857,91**

Perdas por Imparidade 2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos				
Certificação energética				
Programas de computador				
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ativos Intangíveis 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00					24.021,00
Certificação energética	23.528,17					23.528,17
Programas de computador	63.631,01					63.631,01
Total	**111.180,18**					**111.180,18**

Amortizações 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	19.216,80	4.804,20				24.021,00
Certificação energética	18.822,52	4.705,65				23.528,17
Programas de computador	37.818,59	12.904,28				50.722,87
Total	**75.857,91**	**22.414,13**				**98.272,04**

Perdas por Imparidade 2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos				
Certificação energética				
Programas de computador				
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

7. Custo de Empréstimos Obtidos

No ano de 2017 foi pago o montante que ainda constava em dívida no final de 2016 (3.885,20€) e, em 2018, não foi contraído qualquer outro empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2017					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	241,80	-36,90		204,90	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36.342,08	96.946,47		46.017,21	87.271,34
Total	36.583,88	96.909,57		46.222,11	87.271,34

2018					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	204,90	110,70		315,60	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.017,21	91.789,55	-65,77	49.927,89	87.813,10
Total	46.222,11	91.900,25	-65.77	50.243,49	87.813,10

9. Rédito

Descrição	2018	2017
Vendas	38,62	46,75
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.372.336,30	1.331.468,46
Quotas e Joias	6.482,00	4.597,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	6.263,00	6.817,50
Juros	5.968,55	12.467,41
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.391.088,47	1.355.397,12

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	136.072,02		5.486,78	130.585,24
2ª fase Lar de Acamados	18.675,07		778,12	17.896,95
MASES – Adaptação Equip. Sociais	38.512,67		875,29	37.637,38
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	121.106,67		2.576,74	118.529,93
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	95.862,17		31.941,27	63.920,90
MaisCentro – estudos e projetos	16.166,71		8.083,36	8.083,35
Fundo Rainha Dª Leonor	225.339,61		4.506,79	220.832,82
Total	651.734,92	0,00	54.248,35	597.486,57

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	130.585,24		5.486,78	125.098,46
2ª fase Lar de Acamados	17.896,95		778,12	17.118,83
MASES – Adaptação Equip. Sociais	37.637,38		875,29	36.762,09
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	118.529,93		2.576,74	115.953,19
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	63.920,90		31.941,27	31.979,63
MaisCentro – estudos e projetos	8.083,35		8.083,35	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	220.832,82		4.506,79	216.326,03
Total	597.486,57	0,00	54.248,34	543.238,23

11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2018 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos são os seguintes:

Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	[redacted]
Vice-Provedor	Carlos Daniel Silva Simões	[redacted]
Tesoureiro	António Henrique Pinho C. Almeida	[redacted]
Secretário	António Santos Pais	[redacted]
Vogal	Agostinho Almeida Bizarro	[redacted]
Vogal	José Almeida Viana	[redacted]
Vogal	António Fernandes de Almeida Pinto	[redacted]

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Esmeraldo Mendes Leitão	[redacted]
Vogal	Eduardo Rodrigues da Silva	[redacted]
Vogal	Paulo Manuel Pinheiro Chaves	[redacted]

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	[redacted]
Secretário	Valentim Francisco Bizarro	[redacted]
Secretário	José Manuel Martins Santos	[redacted]

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 179, em 31/12/2017 e de 182, em 31/12/2018, considerando substituições e programas do IEFP (178 e 179 respetivamente se não considerarmos baixas prolongadas e licenças sem vencimento).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	1.617.384,91	1.529.940,70
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as remunerações	368.097,43	336.860,43
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	23.930,67	18.413,47
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	70.956,06	74.374,43
Total	2.080.369,07	1.959.589,03

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2018 foram de 4.248,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

13. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros	7.751,91	5.233,69
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	**7.751,91**	**5.233,69**

13.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e utentes c/c		
Clientes	9.246,00	3.785,50
Utentes – saldo devedor	24.417,95	34.468,75
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	**33.663,95**	**38.254,25**
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	12.161,00	19.782,00
Utentes	53.978,48	49.402,51
Total	**66.139,48**	**69.184,51**
Adiantamento de Clientes	**115.716,14**	**104.159,06**
Clientes com caução	**1.050,00**	**825,00**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes	590,00	803,00
Utentes	5.397,57	5.761,11
Total	**5.987,57**	**6.564,11**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Reversões de Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes	8.211,00	0,00
Utentes	821,60	7,12
Total	**9.032,60**	**7,12**

13.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Fundadores/.../Associados/Membros	0,00	132,50
Total	**0,00**	**132,50**

13.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresentava, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de investimento	691,86	4.508,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.775,62	12.695,63
Entidades Públicas	122.805,03	103.040,41
Outros Devedores	605,22	187,63
Total	**135.877,73**	**120.431,67**

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer	15.529,00	14.342,96
Rendimentos a reconhecer	6.966.43	20.624,22

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa de Depósitos Bancários", demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Caixa	671,13	1.501,60
Depósitos à ordem	197.327,18	185.095,49
Depósitos a prazo	1.548.446,46	1.737.131,16
Total	**1.746.444,77**	**1.923.728,25**

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2017				
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Saldo Final**
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	5.375.596,62	53.338,44	0,00	5.428.935,06
Excedentes de Revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios	651.734,92		54.248,35	597.486,57
Doações	138.822,01	3.230,48		142.052,49
Total	**6.166.153,55**	**56.568,92**	**54.248,35**	**6.168.474,12**

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	5.428.935,06	108.465,24		5.537.400,30
Excedentes de Revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios	597.486,57		54.248,34	543.238,23
Doações	142.052,49			142.052,49
Total	**6.168.474,12**	**108.465,24**	**54.248,34**	**6.222.691,02**

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	115.970,23	116.221,23
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	**115.970,23**	**116.221,23**

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
IRC	445,00	0,00
IVA	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**445,00**	**0,00**
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	685,14	661,80
IRS	8.531,88	6.517,88
Segurança Social	41.410,97	40.322,73
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	330,32	262,10
Total	**50.958,31**	**47.764,51**

13.10 Outros passivos correntes

A rubrica "outros passivos correntes" desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2018	2017
Pessoal	3.552,97	1.252,05
Fornecedores de Investimentos	5.532,34	8.774,56
Clientes e Utentes - cauções	1.050,00	825,00
Adiantamentos de clientes	115.716,14	104.159,06
Credores por acréscimos de gastos	313.131,26	291.068,61
Outros credores	0,00	0,00
Entidades Públicas (enclave)	0,00	1.032,37
Total	**438.982,71**	**407.111,65**

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.653.155,29	1.597.903,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	8.002,72	4.737,02
Legados	0,00	0,00
Total	**1.661.158,01**	**1.602.640,02**

13.12 Fornecimentos e serviços externos

Os "Fornecimentos e serviços externos" subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	223.757,24	250.474,65
Serviços especializados	187.506,13	167.506,53
Materiais	31.984,96	27.452,01
Energia e fluidos	167.439,15	156.676,70
Deslocações, estadas e transportes	1.521,46	1.290,77
Serviços diversos	311.040,57	332.748,17
Total	**923.249,51**	**936.148,83**

13.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2018 e 2017 os seguintes montantes:

Descrição	2018	2017
Ativos fixos tangíveis	4.958,34	4.609,63
Total	**4.958,34**	**4.609,63**

13.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	17.010,99	13.457,89
Descontos de pronto pagamento obtidos	16.650,11	16.355,75
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	230.616,61
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	119.381,98	128.012,86
Juros de depósitos a prazo	5.968,55	0,00
Outros rendimentos e ganhos	84.344,78	64.421,11
Total	**243.356,41**	**452.864,22**

13.15 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.173,23	10.072,60
Dívidas incobráveis	8.211,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	9.409,92	0,00
Serviços bancários	568,07	0,00
Outros gastos e perdas	35.170,22	38.175,11
Total	**54.532,44**	**48.247,71**

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 27 de fevereiro de 2019.

A Mesa Administrativa	O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		433 858,15	420 898,89
Subsídios ISS		370 183,24	355 051,28
Subsídios de Outras Entidades		5 991,94	6 918,38
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-9 401,19	-10 788,87
Fornecimentos e serviços externos		-287 431,95	-303 916,81
Gastos com o pessoal		-430 652,31	-419 920,45
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		819,52	-850,37
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		33 504,38	40 963,10
Outros gastos		-3 693,23	-2 929,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		113 178,55	85 425,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-107 079,73	-93 101,52
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 098,82	-7 676,13
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		6 098,82	-7 676,13
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6 098,82	-7 676,13

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		607 121,47	625 669,87
Subsídios ISS		795 531,02	771 498,00
Subsídios de Outras Entidades		15 226,18	10 868,69
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11 525,15	-10 099,78
Fornecimentos e serviços externos		-415 328,44	-440 817,69
Gastos com o pessoal		-883 405,13	-836 292,59
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 776,62	-3 473,15
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		30 444,40	19 086,93
Outros gastos		-12 390,78	-1 912,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122 896,95	134 527,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-63 666,00	-58 088,31
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 230,95	76 439,26
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		59 230,95	76 439,26
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		59 230,95	76 439,26

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		75 460,49	96 480,69
Subsídios ISS		110 196,00	107 823,60
Subsídios de Outras Entidades		358,84	7,14
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 989,00	-3 646,83
Fornecimentos e serviços externos		-53 927,09	-47 292,44
Gastos com o pessoal		-130 654,98	-122 192,85
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 855,47	-845,14
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		114,21	24,08
Outros gastos		-194,61	-157,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 491,61	30 200,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-5 307,00	-4 358,29
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7 798,61	25 842,58
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-7 798,61	25 842,58
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-7 798,61	25 842,58

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		66 648,38	56 746,18
Subsídios ISS		164 793,83	139 811,40
Subsídios de Outras Entidades		4 091,68	3 873,08
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-15 891,42	-15 345,91
Fornecimentos e serviços externos		-29 010,40	-26 748,84
Gastos com o pessoal		-242 254,52	-203 656,84
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		9 488,44	10 003,97
Outros gastos		-687,66	-377,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-42 821,67	-35 694,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16 891,01	-16 580,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-59 712,68	-52 275,55
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-59 712,68	-52 275,55
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-59 712,68	-52 275,55

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		73 376,98	75 267,86
Subsídios ISS		132 237,51	142 988,52
Subsídios de Outras Entidades		21 786,26	3 989,76
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-25 058,06	-23 592,68
Fornecimentos e serviços externos		-37 073,28	-28 503,67
Gastos com o pessoal		-197 577,97	-218 935,57
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2,08	7,12
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		8 909,28	9 391,37
Outros gastos		-804,99	-274,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-24 202,19	-39 662,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18 357,30	-17 678,83
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-42 559,49	-57 340,99
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-42 559,49	-57 340,99
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-42 559,49	-57 340,99

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		52 220,01	51 056,00
Subsídios ISS		23 390,28	22 884,60
Subsídios de Outras Entidades		2 043,83	1 739,18
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-22 002,90	-20 727,65
Fornecimentos e serviços externos		-16 244,37	-15 379,23
Gastos com o pessoal		-116 844,36	-110 058,20
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-765,48	-592,45
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5 522,83	4 926,26
Outros gastos		-325,91	-187,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-73 006,07	-66 338,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 323,63	-8 778,52
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-83 329,70	-75 117,39
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-83 329,70	-75 117,39
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-83 329,70	-75 117,39

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Soc

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		1 305,04	605,52
Subsídios ISS		10 920,00	31 298,51
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-311,12	-1 210,78
Fornecimentos e serviços externos		-8 528,96	-23 675,94
Gastos com o pessoal		-5 617,91	-5 983,18
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		1 249,76	0,00
Outros gastos		0,00	-139,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-983,19	894,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-983,19	894,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-983,19	894,93
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-983,19	894,93

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		68 647,40	11 607,70
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		28,70	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 625,32	-1 838,70
Fornecimentos e serviços externos		-32 278,16	-10 598,26
Gastos com o pessoal		-56 880,61	-27 540,22
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		9 553,32	63,10
Outros gastos		-662,30	-9 774,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-13 216,97	-38 080,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13 448,22	-15 451,94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26 665,19	-53 532,92
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-26 665,19	-53 532,92
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-26 665,19	-53 532,92

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr** **NIF 501157506**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administr

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) *EUR* Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		6 462,00	4 597,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		4 344,50	3 887,88
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conju		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-8,94	-20,14
Fornecimentos e serviços externos		-11 306,00	-13 822,23
Gastos com o pessoal		-1 241,89	-1 269,36
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		25 521,35	39 931,72
Outros gastos		-27 336,96	-31 121,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 545,94	2 163,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-20 945,44	-26 940,90
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-24 491,38	-24 757,51
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-712,10
Resultado antes de impostos		-24 491,38	-25 469,61
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-24 491,38	-25 469,61

A Administraçãc O Contabilist

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		4 958,34	8 304,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-14,94	-37,46
Gastos com o pessoal		-4 903,40	-8 266,88
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto\Cultur

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		5,52	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-965,93	-1 013,24
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		-27,50	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-987,91	-1 013,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-987,91	-1 013,24
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-987,91	-1 013,24
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-987,91	-1 013,24

A Administração

O Contabilista Certificado

António Henrique Fernandes

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA(1) EUR Factor: 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2018	PERÍODOS 2017
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios ISS		0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		28,68	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-31 139,99	-24 380,48
Gastos com o pessoal		-10 335,99	-9 130,14
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7 621,00	-803,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		119 048,44	340 941,10
Outros gastos		-8 408,50	-1 372,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76 813,64	305 254,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-31 033,05	-27 540,56
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45 780,59	277 714,30
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		45 780,59	277 714,30
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		45 780,59	277 714,30

A Administração

O Contabilista Certificado

BALANCETE ANTES DO APURAMENTO DOS RESULTADOS

Balancete Razão Periódico + Acumulado

Contabilidade Financeira
Contas do tipo: Todas
ABERTURA a REG.EXERC.
(Euro)
Ordenação por Código

		Período			ACUMULADO		
Conta	Descrição	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
11	Caixa	669 327.40	668 656.27	671.13 D	669 327.40	668 656.27	671.13 D
12	Depósitos à ordem	4 073 134.11	3 875 806.93	197 327.18 D	4 073 134.11	3 875 806.93	197 327.18 D
13	Outros depósitos bancários	2 043 165.32	494 718.86	1 548 446.46 D	2 043 165.32	494 718.86	1 548 446.46 D
21	Clientes e utentes	1 679 049.41	1 762 151.60	83 102.19 C	1 679 049.41	1 762 151.60	83 102.19 C
22	Fornecedores	1 160 410.02	1 276 380.25	115 970.23 C	1 160 410.02	1 276 380.25	115 970.23 C
23	Pessoal	1 403 523.46	1 407 076.43	3 552.97 C	1 403 523.46	1 407 076.43	3 552.97 C
24	Estado e outros entes públicos	723 659.14	774 172.45	50 513.31 C	723 659.14	774 172.45	50 513.31 C
26	Fundadores/patrocinadores | doadores | a	6 697.00	6 697.00	0.00	6 697.00	6 697.00	0.00
27	Outras contas a receber e a pagar	2 407 841.11	2 590 626.98	182 785.87 C	2 407 841.11	2 590 626.98	182 785.87 C
28	Diferimentos *	75 559.09	66 996.52	8 562.57 D	75 559.09	66 996.52	8 562.57 D
31	Compras	442 002.72	442 002.72	0.00	442 002.72	442 002.72	0.00
32	Mercadorias	783.00	467.40	315.60 D	783.00	467.40	315.60 D
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consu	462 919.08	412 991.19	49 927.89 D	462 919.08	412 991.19	49 927.89 D
41	Investimentos financeiros *	8 226.19	474.28	7 751.91 D	8 226.19	474.28	7 751.91 D
42	Propriedades de investimento	1 901 028.29	1 068 019.37	833 008.92 D	1 901 028.29	1 068 019.37	833 008.92 D
43	Ativos fixos tangíveis	7 378 672.74	3 542 839.63	3 835 833.11 D	7 378 672.74	3 542 839.63	3 835 833.11 D
44	Ativos intangíveis	111 180.18	98 272.04	12 908.14 D	111 180.18	98 272.04	12 908.14 D
45	Investimentos em curso	1 031 893.52	1 003 448.63	28 444.89 D	1 031 893.52	1 003 448.63	28 444.89 D
56	Resultados transitados	0.00	5 537 400.30	5 537 400.30 C	0.00	5 537 400.30	5 537 400.30 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	54 248.34	739 539.06	685 290.72 C	54 248.34	739 539.06	685 290.72 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das m	88 528.43	715.33	87 813.10 D	88 528.43	715.33	87 813.10 D
62	Fornecimentos e serviços externos	968 479.03	45 229.52	923 249.51 D	968 479.03	45 229.52	923 249.51 D
63	Gastos com o pessoal	2 092 528.57	12 159.50	2 080 369.07 D	2 092 528.57	12 159.50	2 080 369.07 D
64	Gastos de depreciação e de amortização	287 091.38	0.00	287 091.38 D	287 091.38	0.00	287 091.38 D
65	Perdas por imparidade	5 987.57	0.00	5 987.57 D	5 987.57	0.00	5 987.57 D
68	Outros gastos e perdas	53 967.69	3.32	53 964.37 D	53 967.69	3.32	53 964.37 D
69	Gastos e perdas de financiamento	568.07	0.00	568.07 D	568.07	0.00	568.07 D
71	Vendas *	0.00	38.62	38.62 C	0.00	38.62	38.62 C
72	Prestações de serviços *	12 444.25	1 397 525.55	1 385 081.30 C	12 444.25	1 397 525.55	1 385 081.30 C
74	Trabalhos para a própria entidade	0.00	4 958.34	4 958.34 C	0.00	4 958.34	4 958.34 C
75	Subsídios, doações e legados à exploraç	1 628.99	1 662 787.00	1 661 158.01 C	1 628.99	1 662 787.00	1 661 158.01 C
76	Reversões	0.00	9 032.60	9 032.60 C	0.00	9 032.60	9 032.60 C
78	Outros rendimentos e ganhos	10 271.23	247 659.09	237 387.86 C	10 271.23	247 659.09	237 387.86 C
79	Juros, dividendos e outros rendimentos s	0.00	5 968.55	5 968.55 C	0.00	5 968.55	5 968.55 C
81	Resultado líquido do período	108 465.24	108 465.24	0.00	108 465.24	108 465.24	0.00
	Total	**29 263 280.57**	**29 263 280.57**	**0.00**	**29 263 280.57**	**29 263 280.57**	**0.00**

BALANCETE DEPOIS DO APURAMENTO DOS RESULTADOS

Balancete Razão Periódico + Acumulado

Contabilidade Financeira
Contas do tipo: Todas
ABERTURA a FINAL
(Euro)
Ordenação por Código

		Período			ACUMULADO		
Conta	Descrição	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
11	Caixa	669 327.40	668 656.27	671.13 D	669 327.40	668 656.27	671.13 D
12	Depósitos à ordem	4 073 134.11	3 875 806.93	197 327.18 D	4 073 134.11	3 875 806.93	197 327.18 D
13	Outros depósitos bancários	2 043 165.32	494 718.86	1 548 446.46 D	2 043 165.32	494 718.86	1 548 446.46 D
21	Clientes e utentes	1 679 049.41	1 762 151.60	83 102.19 C	1 679 049.41	1 762 151.60	83 102.19 C
22	Fornecedores	1 160 410.02	1 276 380.25	115 970.23 C	1 160 410.02	1 276 380.25	115 970.23 C
23	Pessoal	1 403 523.46	1 407 076.43	3 552.97 C	1 403 523.46	1 407 076.43	3 552.97 C
24	Estado e outros entes públicos	723 659.14	774 172.45	50 513.31 C	723 659.14	774 172.45	50 513.31 C
26	Fundadores/patrocinadores | doadores | a	6 697.00	6 697.00	0.00	6 697.00	6 697.00	0.00
27	Outras contas a receber e a pagar	2 407 841.11	2 590 626.98	182 785.87 C	2 407 841.11	2 590 626.98	182 785.87 C
28	Diferimentos *	75 559.09	66 996.52	8 562.57 D	75 559.09	66 996.52	8 562.57 D
31	Compras	442 002.72	442 002.72	0.00	442 002.72	442 002.72	0.00
32	Mercadorias	783.00	467.40	315.60 D	783.00	467.40	315.60 D
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consu	462 919.08	412 991.19	49 927.89 D	462 919.08	412 991.19	49 927.89 D
41	Investimentos financeiros *	8 226.19	474.28	7 751.91 D	8 226.19	474.28	7 751.91 D
42	Propriedades de investimento	1 901 028.29	1 068 019.37	833 008.92 D	1 901 028.29	1 068 019.37	833 008.92 D
43	Ativos fixos tangíveis	7 378 672.74	3 542 839.63	3 835 833.11 D	7 378 672.74	3 542 839.63	3 835 833.11 D
44	Ativos intangíveis	111 180.18	98 272.04	12 908.14 D	111 180.18	98 272.04	12 908.14 D
45	Investimentos em curso	1 031 893.52	1 003 448.63	28 444.89 D	1 031 893.52	1 003 448.63	28 444.89 D
56	Resultados transitados	0.00	5 537 400.30	5 537 400.30 C	0.00	5 537 400.30	5 537 400.30 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	54 248.34	739 539.06	685 290.72 C	54 248.34	739 539.06	685 290.72 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das m	88 528.43	88 528.43	0.00	88 528.43	88 528.43	0.00
62	Fornecimentos e serviços externos	968 479.03	968 479.03	0.00	968 479.03	968 479.03	0.00
63	Gastos com o pessoal	2 092 528.57	2 092 528.57	0.00	2 092 528.57	2 092 528.57	0.00
64	Gastos de depreciação e de amortização	287 091.38	287 091.38	0.00	287 091.38	287 091.38	0.00
65	Perdas por imparidade	5 987.57	5 987.57	0.00	5 987.57	5 987.57	0.00
68	Outros gastos e perdas	53 967.69	53 967.69	0.00	53 967.69	53 967.69	0.00
69	Gastos e perdas de financiamento	568.07	568.07	0.00	568.07	568.07	0.00
71	Vendas *	38.62	38.62	0.00	38.62	38.62	0.00
72	Prestações de serviços *	1 397 525.55	1 397 525.55	0.00	1 397 525.55	1 397 525.55	0.00
74	Trabalhos para a própria entidade	4 958.34	4 958.34	0.00	4 958.34	4 958.34	0.00
75	Subsídios, doações e legados à exploraç	1 662 787.00	1 662 787.00	0.00	1 662 787.00	1 662 787.00	0.00
76	Reversões	9 032.60	9 032.60	0.00	9 032.60	9 032.60	0.00
78	Outros rendimentos e ganhos	247 659.09	247 659.09	0.00	247 659.09	247 659.09	0.00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos s	5 968.55	5 968.55	0.00	5 968.55	5 968.55	0.00
81	Resultado líquido do período	379 300.82	243 883.03	135 417.79 D	379 300.82	243 883.03	135 417.79 D
	Total	32 837 741.43	32 837 741.43	0.00	32 837 741.43	32 837 741.43	0.00

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal

ATA CF n.º 01/2019

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezanove, reuniu o Conselho Fiscal da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, na sua sede, sita na rua da Misericórdia, n.º6, nesta cidade, estando presentes Eduardo Rodrigues da Silva Joaquim António Tavares Loureiro e Maria João Santos Tavares Jorge. ----------

Em conformidade com disposto na alínea c) do artigo 31.º dos Estatutos, a reunião destina-se a emitir Parecer sobre os documentos propostos pela Mesa Administrativa e referentes ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2018 a serem apresentados a votação na Assembleia Geral marcada para o dia 17 de março de 2019. ----------

O Conselho Fiscal tem desempenhado as suas funções em consonância com a Mesa Administrativa e de uma forma proactiva, apresentando sugestões e recomendações que entende uteis para o cumprimento dos objectivos e disposições legais. ----------

ANALISE: ----------

O Balanço de 31/12/2018, a Demonstração de Resultados por naturezas e as notas anexas elaboradas pela Contabilista Certificada (CC), examinados em conjunto com a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Misericórdia de Stº António e cumprem as disposições legais e estatutárias em vigor. ----------

PARECER: ----------

Os saldos da caixa e depósitos bancários revelam ainda uma confortável solidez financeira, não obstante a quebra de cerca de 10% verificada relativamente a 2017. ----------

Constata-se também que os resultados de exploração da creche, Pré-escolar e CATL continuam a ser negativos e de forma preocupantemente estrutural a que se junta agora o SAD, devendo merecer especial atenção da Mesa Administrativa. ----------

Temos então um RLE de -135.417,79€ (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezassete Euros e setenta e nove cêntimos, negativo) o que há muito não se verificava e que deverá ser levado à conta de resultados transitados. ----------

Por contingências várias cada vez são menos as valências com resultados de exploração positivas o que pode abalar o equilíbrio financeiro e em última instância a qualidade dos serviços prestados que devem preservar o seu nível de excelência, daí ser necessário encontrar novas fontes de receita de modo a ocorrer a cada vez maior pressão sobre os custos.----------

CONCLUSÃO: ----------

Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018 e um voto de louvor e agradecimento a todos aqueles que desinteressadamente e de forma empenhada e disponível desempenharam as suas funções. ----------

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada esta reunião, da qual e para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida na presença de todos, foi aprovada e vai ser assinada.----------

(Eduardo Rodrigues da Silva)

(Joaquim António Tavares Loureiro)

(Maria João Santos Tavares Jorge)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6.700.151 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.087.273 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 135.418 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma de Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demostrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Norma de Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis ;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demostrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma de Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma de Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

– comunicamos com o encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele contante é coerente com as demostrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira de Azeméis, 1 de março de 2019

Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C.
Representada por:
Luciano dos Santos Carvalho, R.O.C. nº 969